



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 7

Ofício-Circular n. 560/2013

Pedido de Providências n. 0013092-94.2013.8.24.0600

Florianópolis, 12 de dezembro de 2013.

Assunto: Resolução n. 3/2012, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – autos n. 0013092-94.2013.8.24.0600

Senhor(a) Juiz(a) de Direito e Juiz(a) Substituto(a) com competência na área criminal e/ou execução penal,

Senhor(a) Chefe de Cartório com competência na área criminal e/ou execução penal,

Encaminho a Vossa Excelência/Senhoria fotocópia da Resolução n. 3/2012 (fls. 2-3), bem como do parecer (fls. 4-5) e da decisão (fl. 6) exarados nos autos acima referidos, para divulgação e observância do ato normativo em tela.

Atenciosamente,

Desembargador Vanderlei Romer
Corregedor-Geral da Justiça



Ministério da Justiça
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA - CNPCP

RESOLUÇÃO Nº- 3, DE 1º DE JUNHO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO confirmação das graves e sérias denúncias que chegaram a conhecimento deste colegiado acerca de utilização de algemas para conter mulheres presas que são submetidas à intervenção cirúrgica para realização de parto;

CONSIDERANDO as orientações advindas da Constituição Federal de 1988, apregoando o respeito e preconização dos ideais de humanidade, vedando-se a prática de tortura e tratamento desumano ou degradante, a teor dos artigos 1º, inciso III e 5º, incisos III e XLIX;

CONSIDERANDO o comando legal disposto nos artigos 37 e 38, do Código Penal Brasileiro, garantindo ao preso o respeito à integridade física e moral, e, especialmente, às presas tratamento de acordo com suas peculiaridades;

CONSIDERANDO o que reza a Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal acerca do uso da algemas somente em situações que apresentem risco;

CONSIDERANDO o que dispõe as Regras Mínimas de Tratamento do Preso no Brasil, instituídas através da Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, deste CNPCP, em seus artigos 15 usque 20;

CONSIDERANDO a necessidade de se aprimorar a Resolução nº 02, de 08 de maio de 2008, deste CNPCP, sobre a utilização de algemas na condução de presos e em sua permanência em unidades hospitalares; resolve:

Art. 1º. Recomendar que não sejam utilizadas algemas ou outros meios de contenção em presos que sejam conduzidos ou permaneçam em unidades hospitalares, salvo se restar demonstrado a necessidade da sua utilização por razões de segurança, ou para evitar uma fuga, ou frustrar uma resistência.

Parágrafo único. A autoridade deverá optar, primeiramente, por meios de contenção menos aflitivos do que as algemas.

Art. 2º. Considerar defeso a utilização de algemas ou outros meios de contenção em presos no momento em que se encontrem em intervenção cirúrgica em unidades hospitalares.

Parágrafo único. Excepcionalmente, caso se imponha, para fins de segurança, a contenção do preso, deverá a autoridade, de forma fundamentada e por escrito, apontar as razões da medida extrema, sendo defeso que sejam empregadas algemas, devendo se valer de outros meios menos aflitivos.

Art. 3º. Considerar defeso utilizar algemas ou outros meios de contenção em presas parturientes, definitivas ou provisórias, no momento em que se encontrem em intervenção cirúrgica para realizar o parto ou se estejam em trabalho de parto natural, e no período de repouso subsequente ao parto.

Art. 4º. Recomendar que os recursos humanos envolvidos no atendimento de saúde aos presos, agentes de saúde, de segurança, custódia ou disciplina, devem receber tratamento que inclua orientação para atuarem em situações de vulnerabilidade de segurança.

Art. 5º. Recomendar aos profissionais da área de saúde (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, etc.) que noticiem formalmente aos órgãos da Execução Penal (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Conselhos Penitenciário, Juízo de Execução Penal, Ministério Público, Defensoria Pública,

Conselhos da Comunidade), bem como a Ordem dos Advogados do Brasil e respectivos Conselhos Profissionais, os casos em que a autoridade exigir a manutenção do uso de algemas ou outros meios de contenção de pessoas presas que se submeteram ao procedimento do parto ou qualquer outra intervenção cirúrgica.

Art. 6º. Recomendar ao Juízo de Execução Penal, ao órgão do Ministério Público, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Defensoria Pública, às demais autoridades que atuam no sistema penitenciário e aos Conselhos Profissionais de Médicos e Enfermeiros que, ao tomar conhecimento de violação desta Resolução, promovam as devidas representações criminal e administrativa.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HERBERT JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO

Publicada no DOU de 06 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 66 - ISSN 1677-7042



Autos nº 0013092-94.2013.8.24.0600

Ação: Pedido de Providências

Requerente: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e outro

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

Trata-se de cópia da Resolução n.º 3, de 01-06-2012, elaborada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, aprimorando a Resolução n.º 2, de 08-05-2008 e regulamentando o uso de algemas na condução de presos e na sua permanência em unidades hospitalares.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relato necessário.

As regras constantes na Resolução n.º 3 afetam a rotina da utilização de algemas para conter mulheres presas que são submetidas à intervenção cirúrgica para realização de parto.

Ao participar do II Encontro Nacional de Encarceramento Feminino, realizado pelo CNJ, foi reforçada a necessidade de observância de referida Resolução, havendo necessidade de ampla divulgação, para ciência e providências.

Forte no exposto, **OPINO** pela expedição de ofício-circular, acompanhado das fls. 02-03, para os magistrados e chefes de cartório com competência Criminal e/ou em Execução Penal, bem como a cientificação da CEPEVID, CEIJ, DEAP, Ministério Público - Centro de Apoio Criminal -, Comissão de Assuntos Prisionais da OAB/SC e Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, para fins de divulgação e providências, com o posterior arquivamento dos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa**

fls. 5

É o parecer que, *sub censura*, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis (SC), 04 de dezembro de 2013.

**Alexandre Karazawa Takaschima
Juiz Corregedor**



Autos nº 0013092-94.2013.8.24.0600

Ação: Pedido de Providências

Requerente(s): Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e outro

DECISÃO

1. Acolho os fundamentos e a conclusão do parecer do Juiz-Corregedor Alexandre Karazawa Takaschima.

2. Expeça-se ofício-circular, com cópia da Resolução n. 3/2012 (fls. 2-3), do parecer retro e desta decisão, aos magistrados e chefes de cartório com competência na área criminal e/ou de execução penal, para fins de divulgação e observância do ato normativo em tela.

3. Encaminhe-se cópia da documentação citada no item 2 à CEPEVID, à CEIJ, ao DEAP, ao Ministério Público – Centro de Apoio Criminal, à Comissão de Assuntos Prisionais da OAB/SC e à Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, para as providências que entenderem necessárias.

4. Após, archive-se.

Florianópolis (SC), 9 de dezembro de 2013.

Desembargador **Vanderlei Romer**
Corregedor-Geral da Justiça